



MONITOR ECONÔMICO – n° 13 SINDREDE – 06/12/2022

Fonte: Em todos os casos, a fonte utilizada é o Tesouro Nacional. No presente Boletim, utilizou-se o Siconf e o FNDE até o 5º bimestre de 2022. Ou seja, 10 meses relativos ao ano corrente de 2022, restando apenas o último bimestre para que os dados anuais sejam consolidados. Uma vez mais, como já vem acontecendo há muitos anos, os dados relativo as despesas em educação básica e com os profissionais em educação não coincidem nessas duas fontes: SICONF e FNDE. Nesse boletim, para os dados específicos da educação, utilizamos o FNDE, por ser um relatório específico da educação, possibilitando, até certo ponto, que os dados sejam conferidos.

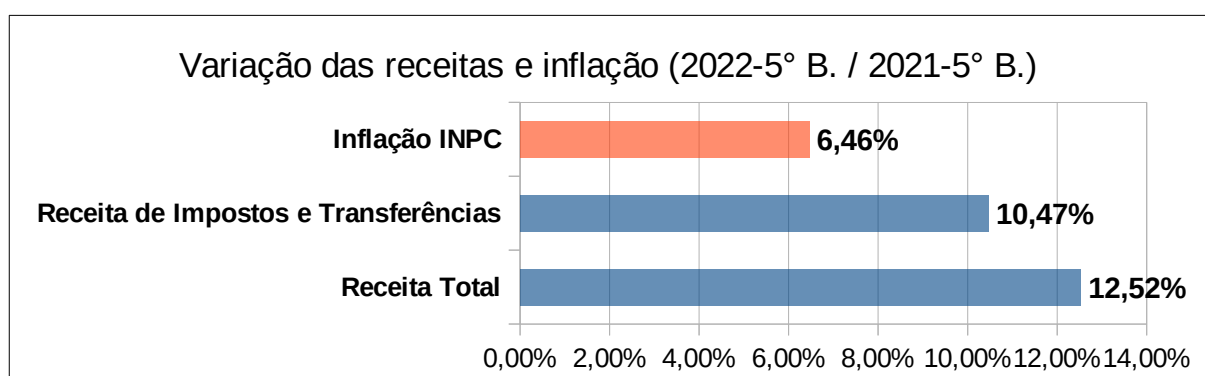
Em todos os casos, os dados foram comparados com o mesmo período dos anos anteriores. No caso das despesas com pessoal e a receita corrente líquida, os dados mais atuais vão até o 2º quadrimestre dos respectivos anos. Nos demais casos, até o 5º bimestre.

RECEITAS: Apresentamos as principais receitas do município até o 5º bimestre dos respectivos anos. São indicadas as três principais receitas: a receita total, a receita corrente líquida utilizada para o teto dos gastos com pessoal e a receita por impostos e transferência utilizada no piso de 25% a ser aplicado na educação básica.

	2018/5° B	2019/5° B	2020/5° B	2021/5° B	2022/5° B	2020/2019	2020/2017
Receita Total	8.841.853.925	9.436.420.436	10.509.120.964	11.406.515.545	12.835.064.615	12,52%	45,16%
Receita Corrente Líquida (12 meses)	8.928.230.052	9.595.507.077	11.098.882.968	11.733.210.648	13.771.758.245	17,37%	54,25%
Receita de Impostos e Transferências	4.826.057.025	4.984.425.875	5.356.118.079	6.254.948.768	6.909.678.787	10,47%	43,17%
Superávit Orçamentário	1.009.046.042	980.920.298	1.874.792.365	1.836.380.299	2.097.007.328	14,19%	107,82%

Considerações: A inflação acumulada foi de 6,46% segundo o INPC entre outubro de 2022 e novembro de 2021 e de 27,06% ao fim de outubro de 2022 e novembro de 2018. Como se pode ver, em todos os tipos de receita considerados, houve um crescimento substancialmente superior à inflação. Na maior parte dos casos, tanto no ano de 2022, até o seu 5º bimestre, como entre 2018 e 2022, o crescimento das receitas supera o da inflação em mais de 100%. Nota-se, ainda, um maior montante absoluto do Superávit Orçamentário do município em relação aos anos anteriores. Em todos os casos, o crescimento é real e consistente.

Destaque: O principal destaque é o crescimento das receitas em relação a inflação do período.

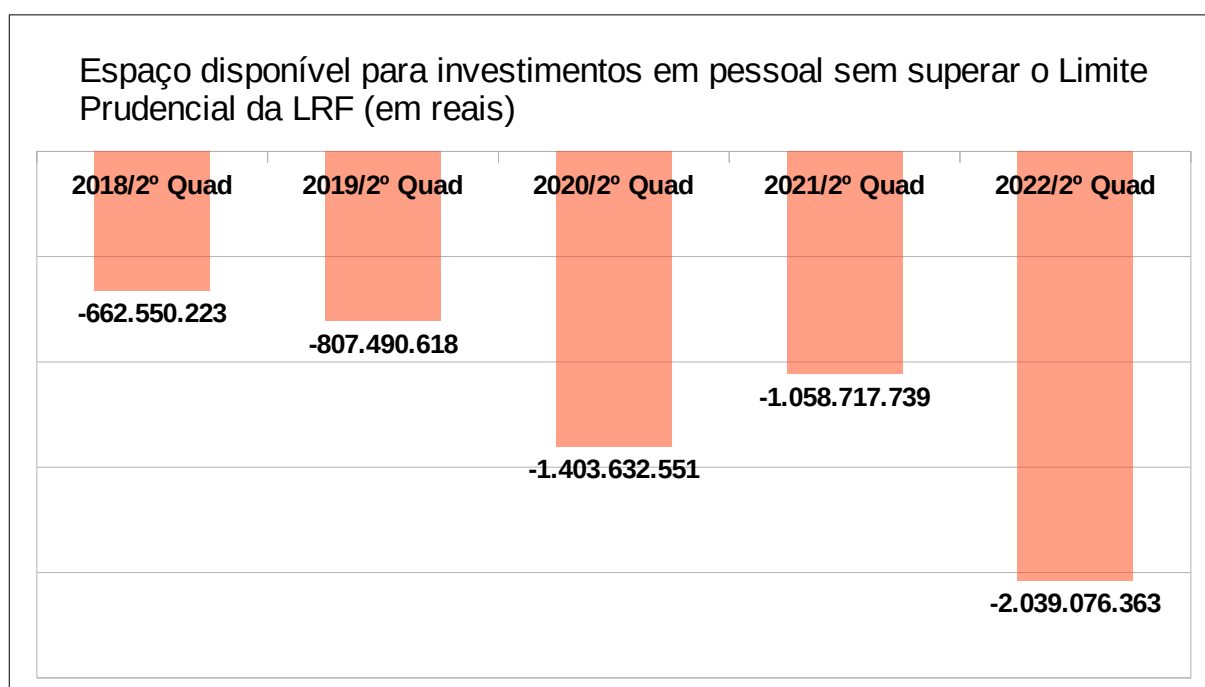


DESPESAS EM PESSOAL: Indicamos os investimentos em pessoal nos últimos cinco anos, bem como os limites previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). São dois os limites: o prudencial de 51,3% da Receita Corrente Líquida e o Limite de fato, de 54% da Receita Corrente Líquida. Os dados e limites em questão dizem respeito unicamente ao pessoal do executivo. Nesse caso, os dados abarcam sempre os 12 últimos meses anteriores ao quadrimestre em questão.

	2018/2° Quad	2019/2° Quad	2020/2° Quad	2021/2° Quad	2022/2° Quad	LRF	LRF Pruden
Despesa com Pessoal (12 meses)	8.928.230.052	9.595.507.077	11.098.882.968	11.733.210.648	13.771.758.245		
% Pessoal em relação a RCL	43,88%	42,88%	38,65%	42,28%	36,49%	54,00%	51,30%

Considerações: Permanece a tendência de queda nos investimentos totais em pessoal. Enquanto a Receita Corrente Líquida cresceu 17,37% nos 12 meses até o segundo quadrimestre de 2022, os investimentos em pessoal cresceram irrisórios 1,32%, sob uma inflação, segundo o INPC, de 8,83% entre agosto de 2022 e setembro de 2021. O resultado é que o percentual investido em pessoal despencou de 42,28% da Receita Corrente Líquida ao fim do segundo quadrimestre de 2021 para 36,49% ao fim do segundo quadrimestre de 2022. Os espaços existentes para investimento nos servidores, tendo em vista essa Lei, são enormes.

Destaque: O principal destaque são os espaços existentes no orçamento tendo em vista o Limite Prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. O espaço atingiu inacreditáveis 2 bilhões de reais. Isto é, podem ser despendidos dois bilhões de reais a mais em pessoal sem ultrapassar o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.



INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO: Indicamos abaixo os investimentos em educação e seu percentual em relação a Receita por Impostos e Transferências entre 2018 e 2022, bem como o total investido nos **profissionais do magistério (até 2020)** e com os **profissionais da educação (em 2021 em 2022)** e também, seu percentual tendo em vista os limites em vigor até 2020 (60% do FUNDEB Bruto) e em 2021 (70% do FUNDEB bruto).

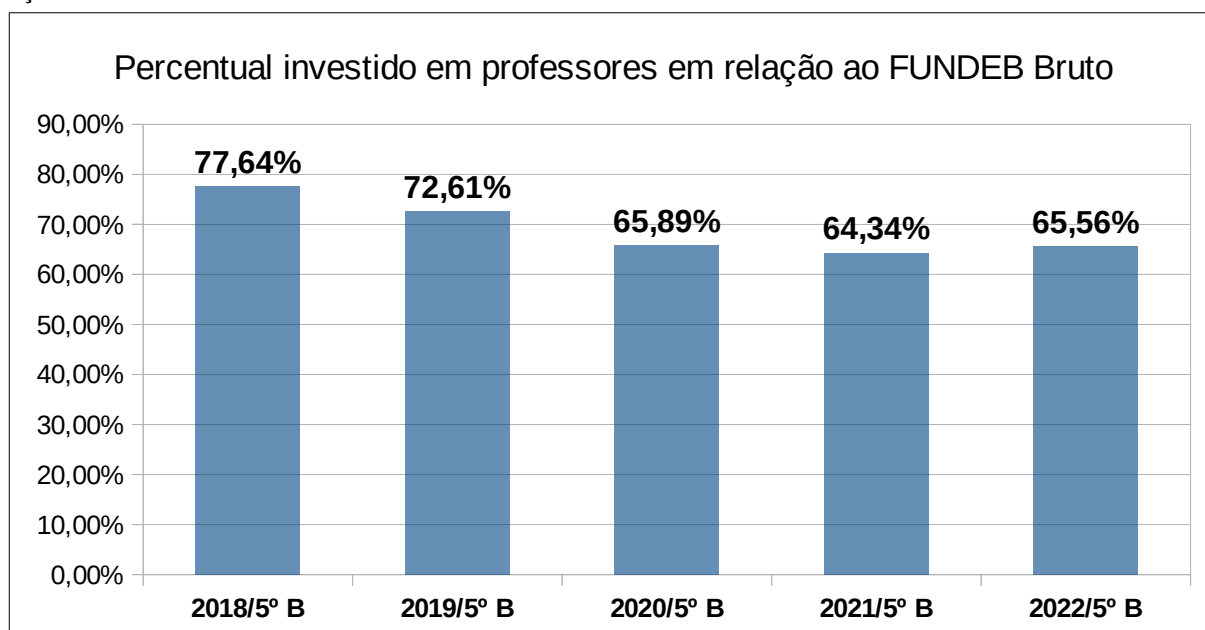
	2018/5° B	2019/5° B	2020/5° B	2021/5° B	2022/5° B	Piso Constitucional
Educação Básica	1.240.321.715	1.187.381.399	991.198.189	976.662.041	1.210.974.989	
Gastos com profissionais do magistério	340.747.595	480.517.738	506.343.074	641.750.197	752.650.472	
% Piso Educação	25,70%	23,82%	18,51%	15,61%	17,53%	25,00%
% Piso profissionais em educação*	77,64%	72,61%	65,89%	64,34%	65,56%	70,00%

* % 60 Prof. Magis. (até 2020) 70% Prof. Educ (em 2021)

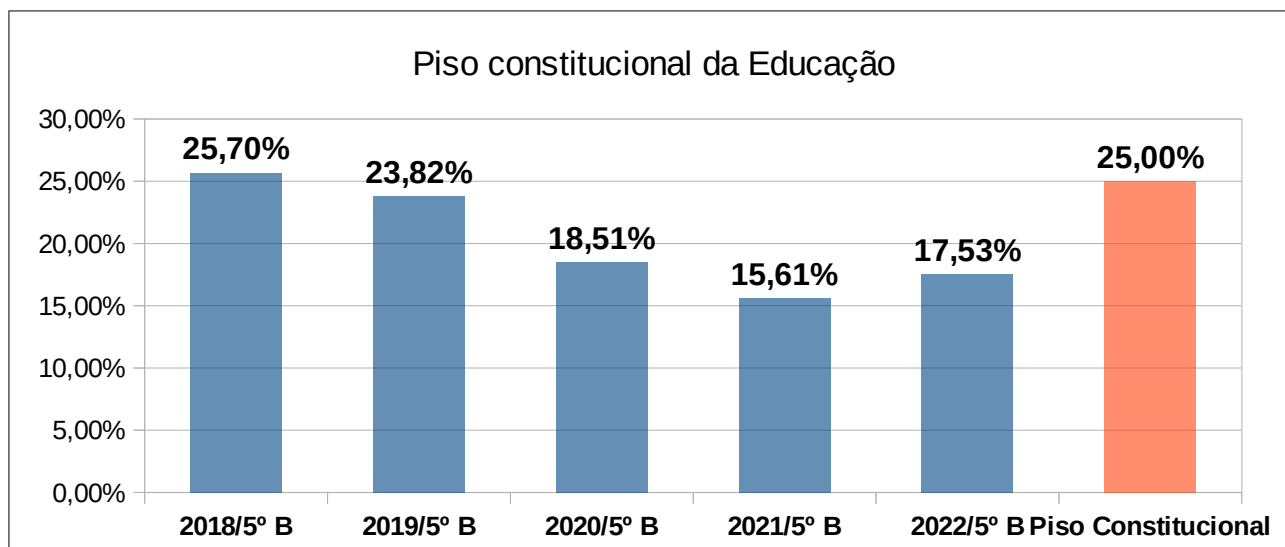
Considerações: Segundo os dados divulgados pelo FNDE, em ambos os pisos, há uma redução constante do percentual investido. Mesmo considerando a mudança do critério em 2021, que passou a abarcar não apenas os profissionais do magistério, mas todos os profissionais em educação diretamente empregados pela prefeitura, houve uma queda desse percentual de 77,64% do Fundeb Bruto em 2018, para 65,89% em 2020. Esse percentual se manteve relativamente estagnado até 2022. Esses dados ainda não configuram um descumprimento do Piso, pois indicam o percentual gasto até o 5º bimestre dos respectivos anos, enquanto o piso é aplicado sobre os dados anuais consolidados.

Ainda assim, tanto o percentual investido na educação básica (piso de 25%) como o percentual investido nos profissionais da educação (piso de 70% do FUNDEB) apresenta notória tendência de queda. Esses dados indicam que o risco de não cumprimento do piso de 25% da educação básica é mais elevado do que aquele de 70% do Fundeb Bruto a ser aplicado na remuneração dos profissionais em educação, haja vista a elevação natural das despesas em função dos pagamentos feitos apenas ao final do ano.

Destaque: Percentual investido nos profissionais do magistério ou profissionais da educação em relação ao FUNDEB Bruto

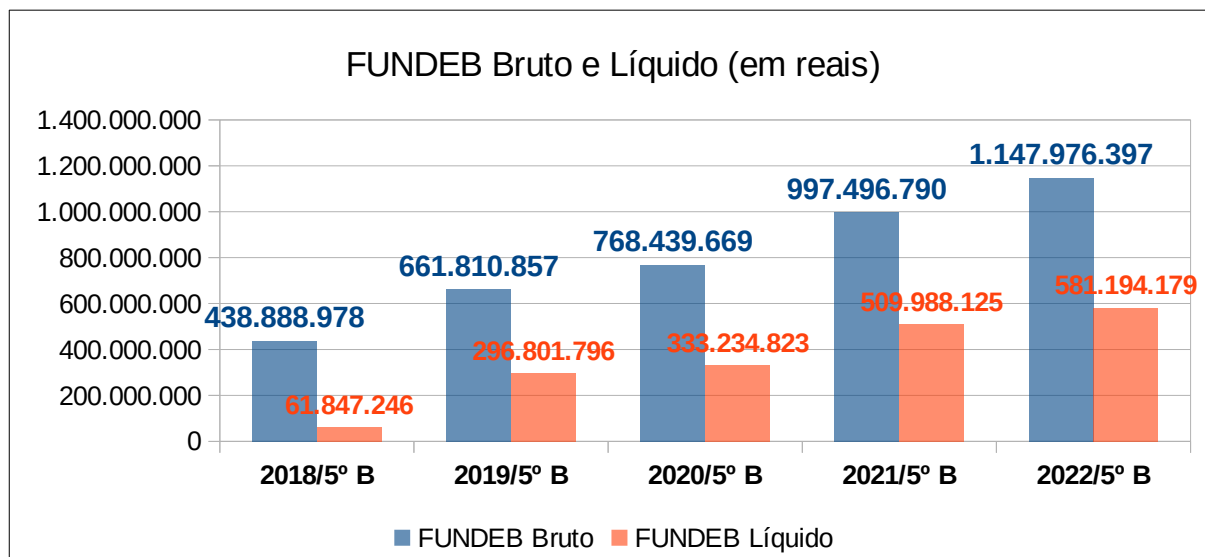


Percentual investido na educação básica em relação a receita por impostos e transferências em vistas o mínimo constitucional de 25%. Ressaltamos, existe risco real de não cumprimento deste piso, caso despesas extras não sejam executadas no último bimestre.



FUNDEB: Indicamos abaixo o montante bruto e líquido recebido pelo município de Belo Horizonte do FUNDEB.

	2018/5º B	2019/5º B	2020/5º B	2021/5º B	2022/5º B	2020/2019	2020/2017
FUNDEB Bruto	438.888.978	661.810.857	768.439.669	997.496.790	1.147.976.397	15,09%	161,56%
FUNDEB Líquido	61.847.246	296.801.796	333.234.823	509.988.125	581.194.179	13,96%	839,73%



Considerações: Houve uma elevação substancial no montante bruto e líquido destinado ao FUNDEB, sobretudo nos anos de 2021 e 2022. Isto se deve, principalmente, a maior contribuição da União ao FUNDEB segundo as regras do novo Fundeb. Esta contribuição passou de 10% para 12% em 2021 e 15% em 2022. Ela deverá continuar a crescer até 2026. Apesar disso, em 2022, esse crescimento foi restringido pelo teto no ICMS posto pelo governo de Jair Bolsonaro como tentativa de conter o preço dos combustíveis sem alterar o lucro bilionário dos acionistas da

empresa. Com esse teto, o FUNDEB perdeu, em 2022, uma fatia extimada na ordem de 19 bilhões de reais.

Destaque: Como indicamos abaixo, com exceção de receitas financeiras e patrimoniais, as transferências do FUNDEB é a fonte de arrecadação que mais cresceu na prefeitura nos últimos anos.

RECEITAS PRIMÁRIAS	2019/5° B	2020/5° B	2021/5° B	2022/5° B	2020/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	8.540.616.524,30	9.637.415.504,17	10.512.345.293,51	11.653.911.719,00	36,45%
Impostos, Taxas e Contribuições	3.530.068.857,62	3.528.055.024,42	4.219.126.964,48	4.641.116.449,87	31,47%
IPTU	1.284.827.904,64	1.273.251.332,29	1.438.356.166,75	1.562.976.441,99	21,65%
ISS	1.276.060.428,88	1.251.718.357,58	1.525.687.619,55	1.811.605.138,05	41,97%
ITBI	319.992.384,71	311.775.823,96	483.092.100,58	428.154.396,18	33,80%
IRRF	296.043.017,52	356.883.222,19	385.969.954,34	418.198.165,60	41,26%
Outros Impostos, Taxas e Contribuições	353.145.121,87	334.426.288,40	386.021.123,26	420.182.308,05	18,98%
Contribuições	312.063.187,53	338.146.949,84	391.876.109,44	437.299.712,77	40,13%
Receita Patrimonial	275.836.545,63	199.269.921,79	260.419.648,28	572.370.567,35	107,50%
Aplicações Financeiras (II)	188.529.336,68	121.650.273,97	154.140.908,55	494.251.165,03	162,16%
Outras Receitas Patrimoniais	87.307.208,95	77.619.647,82	106.278.739,73	78.119.402,32	-10,52%
Transferências Correntes	4.161.465.133,72	5.344.760.655,05	5.427.252.789,01	5.709.083.156,73	37,19%
Cota-Parte do FPM	361.221.790,69	341.006.238,03	458.417.251,33	592.980.713,44	64,16%
Cota-Parte do ICMS	641.934.738,55	677.285.810,13	827.109.771,08	794.100.889,24	23,70%
Cota-Parte do IPVA	453.874.205,58	728.614.008,71	647.308.828,15	762.159.140,22	67,92%
Cota-Parte do ITR	685.385,44	110.039,09	440.255,72	939.597,06	37,09%
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências da LC nº 61/1989	7.890.229,26	6.575.735,13	9.416.780,47	9.065.124,49	14,89%
Transferências do FUNDEB	657.644.798,50	765.967.828,56	989.137.566,86	1.110.681.659,18	68,89%
Outras Transferências Correntes	2.038.213.985,70	2.825.200.995,40	2.495.422.335,40	2.439.156.033,10	19,67%
Demais Receitas Correntes	261.182.799,80	227.182.953,07	213.669.782,30	294.041.832,28	12,58%
Outras Receitas Financeiras (III)	55.159,84	1.523.013,95	2.086.153,38	0,00	-
Receitas Correntes Restantes	261.127.639,96	225.659.939,12	211.583.628,92	294.041.832,28	12,60%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	8.352.032.027,78	9.514.242.216,25	10.356.118.231,58	11.159.660.553,97	33,62%

Da equipe do ILAESE

